

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 92	n. 144	São Paulo	quarta-feira, 4 de agosto de 1982
-------	--------	-----------	-----------------------------------

PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I ATOS NORMATIVOS E DE INTERESSE GERAL

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO (ATUALIZADO)

A venda na Imprensa Oficial do Estado S/A:

Lei n.º 10.261/68 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Preço do exemplar Cr\$ 300,00
 Pelo Correio — Porte Registrado Cr\$ 400,00

A IMESP NÃO FORNECE PELO REEMBOLSO POSTAL.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A — IMESP
 Rua da Mooca, 1921 — Fone 291-3344 (ramal 246)
 Agência Centro (Galeria Prestes Maia) — Fone 37-2380
 Agência Junta Comercial — Rua Maria Antônia, 294 — Fone 256-7232

Sumário

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

- Autorizando a permissão de uso de imóvel, a título precário..... 1
- Declarando de utilidade pública bens e imóveis, para fins de desapropriação..... 2
- Transferindo funções-atividades e cargos..... 3

SECRETARIAS

- Casa Civil..... 4
- Informação e Comunicações..... 5
- Economia e Planejamento..... 5
- Justiça..... 5
- Promoção Social..... 5
- Segurança Pública..... 6
- Fazenda..... 6
- Agricultura e Abastecimento..... 7
- Educação..... 8
- Saúde..... 9
- Obras e do Meio Ambiente..... 9
- Transportes..... 10
- Administração..... 10
- Trabalho..... 12
- Cultura..... 12
- Indústria e Tecnologia..... 12
- Esportes e Turismo..... 12
- Interior..... 13
- Negócios Metropolitanos..... 13

UNIVERSIDADES

- Universidade de São Paulo..... 14
- Universidade Estadual de Campinas..... 14
- Universidade Estadual Paulista..... 15

TRIBUNAL DE CONTAS

- 15

CONCURSOS

- Guardas de Presídio para a Casa de Detenção — Classificação..... 20
- Assistentes Sociais para a Promoção Social — Classificação..... 21
- Servidores para a DRE do Litoral — Convocação..... 24
- Escriturários para a DRE de Sorocaba — Convocação..... 24
- Servidores para a Saúde — Classificação e Convocação..... 25
- Livre Docência no Instituto de Biociências — USP — Inscrições..... 31
- Servidores para o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto — Convocação..... 32

EDITAIS

PODER LEGISLATIVO

- Assembleia Legislativa..... 32

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

- Câmara Municipal de São Paulo..... 36
- Tribunal de Contas do Município..... 37
- Prefeituras Municipais..... 37

BOLETIM FEDERAL

- Tribunal Regional Eleitoral..... 40
- Ministérios..... 72

DECRETO N.º 19.192, DE 3 DE AGOSTO DE 1982
 Autoriza a permissão de uso, a título precário, de imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Superintendência de Controle de Endemias — SUCEN, Autarquia Estadual

JOSE MARIA MARIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário, de parte de imóvel, consistente de terreno, com benfeitorias, situado no município e comarca de Marília, para construção do prédio da sede do Serviço Regional 11 da Superintendência de Controle de Endemias — SUCEN, Autarquia Estadual, com as seguintes divisas e confrontações: "Tem início no ponto "A", denominado em planta anexa, localizado na intersecção dos alinhamentos da Rua Taquaritinga e Avenida Santo Antonio; deste ponto, segue pelo alinhamento da Rua Taquaritinga, na distância de 47,00 m até o ponto "B"; desse ponto deflete à direita e segue confrontando com o remanescente do Próprio Estadual, na distância de 18,60m até encontrar o ponto "C"; deste ponto deflete à direita e segue confrontando com o remanescente do Próprio Estadual, na distância de 7,00 m até encontrar o ponto "D"; deste ponto, deflete à esquerda e segue ainda confrontando com o remanescente do Próprio Estadual, na distância de 6,00 m até encontrar o ponto "E"; deste ponto, deflete à direita e segue confrontando com o remanescente do Próprio Estadual, na distância de 40,00 m até encontrar o ponto "F"; deste ponto, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida Santo Antonio na distância de 24,60 m até encontrar o ponto inicial "A", encerrando a superfície de 1.114,20 m2 (um mil cento e quatorze metros quadrados e vinte decímetros quadrados).

I — Da Construção — Trata-se de uma laje de cobertura, com estrutura de elevação de concreto armado, e a vedação de blocos de concreto com pintura em caiação, piso cimentado liso, esquadrias de ferro com vidro fantasia sendo que algumas janelas foram totalmente depredadas.

REGISTROS PÚBLICOS

A venda na Imprensa Oficial do Estado S/A:

Lei n.º 6.015/73 — Registros Públicos.

Preço do Exemplar Cr\$ 200,00

A IMESP NÃO FORNECE PELO REEMBOLSO POSTAL

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A — IMESP
 Rua da Mooca, 1921 — Fone 291-3344 (ramal 246)
 Agência Centro (Galeria Prestes Maia) — Fone 37-2380
 Agência Junta Comercial — Rua Maria Antônia, 294 — Fone 256-7232

das tendo duas portas externas, sendo uma almofadada e a outra de correr do tipo calha, idade aparente de 7 (sete) anos, em mau estado de conservação, encerrando a área de 327,60 m2 (trezentos e vinte e sete metros quadrados e sessenta decímetros quadrados)", conforme processo n.º 3.647/80, da Secretaria da Saúde, mediante termo competente, a ser assinado no Gabinete do Senhor Procurador Chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 2.º — Esta permissão vigorará até que seja editado ato legislativo autorizador da concessão de direito real de uso do imóvel referido no artigo anterior.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de agosto de 1982.

JOSE MARIA MARIN
 José Carlos Ferreira de Oliveira,
 Secretário da Justiça

Denir Zamariolli,
 Secretário da Saúde

Publicado na Casa Civil, aos 3 de agosto de 1982.

Aurélio Bruno de Matos Paiva,
 Diretor Substituto da Divisão de Atos Oficiais.

CONSTITUIÇÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES SOBRE JUSTIÇA À VENDA NA IMESP

QUADRO COMPARATIVO DAS CONSTITUIÇÕES	260,00
LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA — Lei Complementar n.º 35	200,00
LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS	160,00
REGISTROS PÚBLICOS — Lei Federal n.º 6.015, de 31-12-73, que dispõe sobre registros de pessoas naturais e jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis	200,00
LEI N.º 6.416 — Altera o Código Penal	160,00
LEI N.º 1.819 — Disciplina, no âmbito do Estado, a aplicação e a concessão de medidas explicitadas na Lei Federal n.º 6.416, de 24/5/77	160,00
RESOLUÇÃO N.º 1 — Reorganiza a Justiça Comum do Estado de São Paulo	160,00
RESOLUÇÃO N.º 2 — Modifica parcialmente a Organização e Divisão Judiciária do Estado	370,00
A IMESP NÃO FORNECE PELO REEMBOLSO POSTAL	
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. — IMESP	
Rua da Mooca, 1921 — Fone 291-3344 (ramal 246)	
Agência Centro (Galeria Prestes Maia) — Fone 37-2380	
Agência Junta Comercial — Rua Maria Antônia, 294 — Fone 256-7232	

VACINAÇÃO CONTRA PARALISIA INFANTIL segunda dose

14 AGOSTO
 MENORES DE 5 ANOS